

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

Demonstrações financeiras
em
31 de dezembro de 2024 e
2023 e relatório do auditor
independente



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12

***Parque Eólico
Serra do
Seridó X S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parque Eólico Serra do Seridó X S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



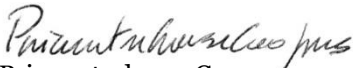
Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5



Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



		<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos	Nota		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.167	147
Títulos e valores mobiliários	5	6.976.944	2.834.607
Contas a receber	6	1.915.944	-
Tributos a recuperar		217.139	202.076
Adiantamentos a fornecedores		302.440	277.706
Despesas antecipadas		1.368	587.430
Outros ativos		100	-
		9.456.102	3.901.966
Não circulante			
Imobilizado	7	223.137.172	184.602.253
Outros ativos		-	100
		223.137.172	184.602.353
Total de ativos		232.593.274	188.504.319
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Contas a pagar	9	876.224	239.924
Tributos a recolher	8	229.263	166.896
Contas a pagar a partes relacionadas	17.1	15.750.133	2.885.475
Impostos a recolher		255.908	21.012
Dividendos a pagar	17.3	1.107.381	-
		18.218.909	3.313.307
Não circulante			
Empréstimos com partes relacionadas		18.011.964	99.972.329
Impostos diferidos		59.012	-
Passivo para descomissionamento		422.123	-
		18.493.099	99.972.329
Patrimônio líquido			
Capital social	11.1	187.925.988	85.495.264
Adiantamento para futuro aumento de capital		4.400.000	-
Reservas de Capital		1	-
Reserva legal	11.2	233.133	-
Dividendos adicionais propostos	11.3	3.322.144	-
Prejuízos acumulados		-	(276.581)
Total do patrimônio líquido		195.881.266	85.218.683
Total do passivo e patrimônio líquido		232.593.274	188.504.319

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

Demonstração do resultado
 Dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



Receitas e custos operacionais	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	12	15.414.841	-
Custos das vendas	13	(9.330.663)	-
Lucro bruto		6.084.178	-
Despesas gerais e administrativas	14	(317.916)	(221.946)
Outras receitas e despesas		(36.685)	-
Lucro (Prejuízo) operacional		5.729.577	(221.946)
Despesas financeiras	15	(403.481)	-
Receitas financeiras	15	207.734	-
Resultado financeiro		(195.747)	-
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		5.533.830	(221.946)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(535.352)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(59.239)	-
Lucro (Prejuízo) do exercício		4.939.239	(221.946)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

*Demonstração do resultado abrangente
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	4.939.239	(221.946)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>4.939.239</u>	<u>(221.946)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

*Demonstração das mutações do patrimônio líquido
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*



Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reserva legal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.000	-	-	66.330.000	-	(54.635)	66.276.365
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	19.164.264	-	-	19.164.264
Aumento de capital	85.494.264	-	-	(85.494.264)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(221.946)	(221.946)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	85.495.264	-	-	-	-	(276.581)	85.218.683
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	4.400.000	-	-	4.400.000
Aumento de capital	11.1 102.430.724	-	-	-	-	-	102.430.724
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.939.239	4.939.239
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reservas de Capital	-	1	-	-	-	-	1
Reserva legal	11.2 -	-	233.133	-	-	(233.133)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.3 -	-	-	-	-	(1.107.381)	(1.107.381)
Dividendos adicionais propostos	11.4 -	-	-	-	3.322.144	(3.322.144)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	187.925.988	1	233.133	4.400.000	3.322.144	-	195.881.266

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício		4.939.239	(221.946)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:			
Depreciação e amortização	13	4.550.608	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	15	(207.734)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	59.239	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	535.352	-
		9.876.704	(221.946)
Variações dos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	6	(1.915.944)	-
Adiantamentos a fornecedores		(24.732)	(277.706)
Despesas antecipadas		586.061	(587.430)
Tributos a recuperar		(15.063)	(199.252)
Outros ativos		-	(100)
Tributos a recolher	8	62.367	163.981
Contas a pagar	9	606.384	4.941.823
Contas a pagar a partes relacionadas	17.1	12.864.658	1.882.344
		12.163.731	5.923.660
Caixa gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(300.683)	(74.038)
		21.739.752	5.627.676
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Pagamentos na aquisição de imobilizado	7	(23.334.261)	(117.033.177)
Resgates em títulos e valores mobiliários		(4.009.544)	(4.435.042)
		(27.343.805)	(121.468.219)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		87.900.000	-
Empréstimos obtidos de partes relacionadas		-	118.106.162
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	17.2	(81.594.199)	(18.500.000)
Pagamento de juros sobre empréstimos - partes relacionadas	17.2	(5.059.728)	(785.094)
Adiantamento para futuro aumento de capital		4.400.000	19.164.264
Instrumentos financeiros derivativos		-	(2.420.265)
		5.646.073	115.565.067
		42.020	(275.476)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		147	275.623
No final do exercício		42.167	147
		42.020	(275.476)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

*Demonstração dos fluxos de caixa
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado com instrumentos derivativos	-	1.088.021
Provisão de juros - partes relacionadas	(4.693.562)	1.151.261
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	179.514	(332.554)
Custos sobre empréstimos e debêntures	(585)	
IOF	(110.068)	1.559.225
Outras despesas e receitas financeiras	(144.387)	534.599
Aquisição de imobilizado	29.916	-
Passivo para descomissionamento	422.123	-
Subscrição de capital com AFAC	-	66.330.000
Subscrição de Capital - Crédito de turbinas	14.530.724	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



1 Contexto operacional

A Parque Eólico Serra do Seridó X S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, regida pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976). A Companhia tem sede e principal estabelecimento na Fazenda Cajazeiras, localizada na Estrada Vicinal que conecta à BR230, na Zona Rural do município de Junco do Seridó, Estado da Paraíba. A Companhia é controlada pela Serra do Seridó F2 Holding S.A., detentora de 100% das ações, sendo a holding controlada pela única acionista EDF EN do Brasil Participações S.A.

A Companhia tem como objeto social desenvolver, implantar e explorar a central geradora de energia elétrica de origem eólica denominada EOL Serra do Seridó X, para fins de produção de energia elétrica. A Companhia foi uma das vencedoras do Leilão de Energia Nova (LEN) A-6, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 18 de outubro de 2019.

A Companhia entrou em operação comercial a partir do dia 16 de junho de 2024.

Importante citar ainda que os investidores da Companhia garantem a injeção de capital para manutenção de suas atividades e liquidação de suas obrigações pelo período mínimo de 12 meses, o que culminou, inclusive, também na manutenção de transações de financiamento com partes relacionadas do Grupo.

A Companhia faz parte do Projeto Seridó Fase 2.

1.1 Da autorização para operação

A Parque Eólico Serra do Seridó X S.A. faz parte do Complexo Eólico Serra do Seridó Fase 2, localizada no município de Junco do Seridó-PB, a central geradora terá 34.800 kW de Potência instalada. A Companhia tem o compromisso de implantar e explorar o sistema de interesse restrito da central geradora EOL Serra do Seridó X, de uso compartilhando entre as EOLs Serra do Seridó II, III, IV, VII, IX, X, XI, XII, XIV, XVI e XVII, constituído de uma Subestação Coletora 34,5/250 kV, 965 MVA, composta de 4 transformadores, 1 x 300MVA, 1 x 165 MVA e 2 x 250 MVA, e uma linha de transmissão, circuito simples, em 250 kV, de aproximadamente 25 (vinte cinco) km, conectando à SE Santa Luzia II, de Propriedade da Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia. Abaixo detalhamento do projeto:

Contrato / Leilão	Outorga / Leilão	Data da publicação da portaria MME	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade Instalada (MW)	Energia vendida (MW médio)
EOL SERRA DO SERIDÓ X	REA 13.543	31/01/2023	35 anos	6	34,8	9,3033

A apuração de energia produzida será mensal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os



Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 18.

2.3 Continuidade operacional

A Companhia apresentou lucro líquido no montante de R\$ 4.939.239 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (prejuízo de R\$ 221.946 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023), e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 8.762.809 (o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 588.659 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu não haver riscos, considerando que os parques entraram recentemente em fase operacional, e concluiu que os prejuízos são esperados uma vez que os parques estão ainda em fase pré-operacional e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.4 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamentos a fornecedores, transações com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, pelo valor contábil, menos a perda (*Impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 18.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.6 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas



taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

2.7 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

Estimativa	Nota Explicativa
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(a)
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.4
Capitalização de custos no ativo imobilizado	3.4
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.6

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.8 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso



normal do ciclo operacional da entidade;

- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.6). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, e caixas e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.



Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(b) Passivos financeiros

i. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de



depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques eólicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

3.5 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(a) Gastos com projetos eólicos

Os gastos com desenvolvimentos de projetos eólicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Os gastos com projetos eólicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos eólicos. Tais gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização.

(b) Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.6 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(a) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.



A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

(b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções



fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.10 Passivo para descomissionamento

O passivo para descomissionamento é mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização dos parques eólicos, quais sejam: o desmantelamento dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica dos parques, tendo como contrapartida o imobilizado.

As premissas utilizadas são baseadas em informações atuais sobre custos e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração.

3.11 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, resultado com instrumentos financeiros derivativos, variações cambiais, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

Durante o período de construção dos parques, o resultado financeiro elegível à capitalização é capitalizado e integrado ao imobilizado do projeto.

3.12 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com que estabelece o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

Reforma tributária

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

em 31 de dezembro de 2024

(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

3.13 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(a) Lucro presumido

A Companhia é classificada no lucro presumido e tem a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

3.14 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.



Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de *impairment* de 2024, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

3.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

A seguir, apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2024, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 26 / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos;
- CPC 03 / IAS 7: Demonstrações do Fluxo de Caixa; e
- CPC 40 / IFRS 7: Instrumentos Financeiros.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

(b) Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 21 - Falta de conversibilidade: Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.
- IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes,



melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- i. esclarecem a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
 - ii. esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
 - iii. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
 - iv. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).
 - v. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.
- IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como ‘contracts referencing nature-dependent electricity’. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- i. (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de ‘own use’;
- ii. (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e
- iii. (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente



avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- i. medidas de desempenho definidas pela administração;
- ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
- iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bancos	42.167	147

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 18.

5 Títulos e valores mobiliários

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Títulos e valores mobiliários	6.976.944	2.834.607
	<u>6.976.944</u>	<u>2.834.607</u>

Referem-se substancialmente a títulos CDB renda fixa, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2024, sobre o DI CETIP ("CDI") de 98,75% (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander).

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber de clientes

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contratos de energia	1.772.581	-
Contratos de mercado de curto prazo	143.363	-
	<u>1.915.944</u>	<u>-</u>

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente em 12 parcelas ou são compensados através do mecanismo de cessão de energia, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda de crédito esperada.

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

em 31 de dezembro de 2024

(em reais, exceto quando indicado de outra forma)

**7 Imobilizado**

	Taxa de depreciação	2024					Saldo em 31/12/2024
		Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Reversão	Depreciação	
Aerogeradores eólicos	4% a.a	184.602.253	43.120.167	-	(456.763)	(4.550.608)	222.715.049
Passivo para descomissionamento		-	422.123	-	-	-	422.123
Total		184.602.253	43.542.290	-	(456.763)	(4.550.608)	223.137.172
Custo		184.602.253					227.687.780
Depreciação acumulada		-					(4.550.608)
Imobilizado líquido		184.602.253					223.137.172

	Taxa de depreciação	2023				Saldo em 31/12/2023
		Saldo em 31/12/2022	Adição	Transferência	Saldo em 31/12/2023	
Aerogeradores eólicos	4% a.a	-	-	184.602.253	184.602.253	
Instalações em construção		2.014.820	124.234.109	(126.248.929)	-	
Capitalização do resultado financeiro (i)		1.663.206	4.000.552	(5.663.758)	-	
Adiantamento para aquisição de ativos		52.689.566	-	(52.689.566)	-	
Total		56.367.592	128.234.661	-	184.602.253	
Custo		56.367.592			184.602.253	
Depreciação acumulada		-			-	
Imobilizado líquido		56.367.592			184.602.253	

(i) Referem-se aos custos capitalizados, com base na evidência de benefício econômico futuro, durante a fase de desenvolvimento e construção dos parques eólicos e que são necessários para colocar o ativo no local e em condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração. Foram capitalizados despesas e receitas financeiras, tais como despesas bancárias, IOF, juros e rendimentos sobre o montante captado para construção dos ativos.

A Companhia efetuou uma avaliação de indicativos de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização para os seus ativos.

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**8 Tributos a recolher**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
PIS sobre faturamento	27.093	24.135
COFINS sobre faturamento	125.043	111.391
Tributos retidos na fonte	76.869	31.370
ICMS	258	-
	<u>229.263</u>	<u>166.896</u>

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

9 Contas a pagar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Serviços prestados	65.322	211.906
Aquisição de imobilizado	29.916	-
Serviços de manutenção	659.097	28.018
Outros	121.889	-
	<u>876.224</u>	<u>239.924</u>

10 Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia possui processos avaliados com perda possível, e, portanto, não estão registrados contabilmente, nos seguintes montantes:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Tributários	41.776	41.776
	<u>41.776</u>	<u>41.776</u>

10.1 Tributário

O processo refere-se a uma cobrança de multa equivalente a 100% do valor do ISS recolhido em atraso, a Companhia entrou com impugnação baseado no entendimento da desproporcionalidade da multa aplicada.

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**11 Patrimônio líquido****11.1 Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 187.925.988 (R\$ 85.495.264 em 2023), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, e está representado por 187.925.988 (85.495.264 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Participação%</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Serra do Seridó F2 Holding S/A	100%	187.925.988	85.495.264
		187.925.988	85.495.264

11.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 o valor constituído no exercício é de R\$ 233.133.

11.3 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos propostos. Em 31 de dezembro de 2024, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios do exercício é de R\$ 1.107.381

Em 31 de dezembro de 2024, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios no exercício é de R\$ 3.322.144.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	4.939.239	(221.946)
(-) Absorção dos prejuízos acumulados	(276.581)	-
Base de cálculo dos dividendos	4.662.658	(221.946)
(-) Constituição da reserva legal	(233.133)	-
(=) Base para a distribuição dos dividendos	4.429.525	(221.946)
Dividendos mínimos obrigatórios	1.107.381	-
Dividendos adicionais propostos	3.322.144	-

A movimentação dos dividendos a pagar se encontra a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo Inicial	-	-

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Dividendos mínimos obrigatórios	1.107.381	-
	1.107.381	-

11.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu R\$ 3.322.144.

12 Receita de vendas

	2024	2023
Receita bruta de vendas de energia	15.851.442	-
Receita bruta	15.851.442	-
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(77.751)	-
COFINS	(358.850)	-
Total das deduções da receita bruta	(436.601)	-
Receita líquida de vendas	15.414.841	-

13 Custos das vendas

	2024	2023
Custos operacionais		
Seguros	(217.965)	-
Custos com aluguéis	(265.812)	-
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(986.238)	-
Aquisição de energia elétrica	(424.410)	-
Outros custos e serviços	(20.972)	-
	(1.915.397)	-
Impostos e taxas		
TUSD	(1.368.701)	-
Taxa de regulamentação	(795)	-
Impostos e taxas diversas	(305)	-
	(1.369.801)	-
Serviços prestados		
Serviços de consultoria	(1.305)	-
Manutenção das instalações	(775.773)	-
Serviços de telecomunicações	(61.198)	-
	(838.276)	-

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Depreciação e amortização		
Custo com depreciação	(4.550.608)	-
	(4.550.608)	-
Rateio de custos		
Salários	(619.111)	-
Serviços prestados pelo exterior	(37.470)	-
	(656.581)	-
Total dos custos de vendas	(9.330.663)	-

14 Despesas gerais e administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas administrativas		
Despesas legais	(8.288)	(38.867)
Seguros (Despesas)	(1.368)	-
Outras despesas administrativas	(3.335)	(29.597)
	(12.991)	(68.464)
Impostos e taxas		
Multas	(18.041)	(56.157)
Imposto e taxas diversas	(44.200)	-
	(62.241)	(56.157)
Despesas com serviços prestados		
Honorários de contadores	(67.101)	(66.782)
Serviços de consultoria	(83.321)	-
Honorários de auditores	(25.320)	(10.893)
Honorários de advogados	-	(19.650)
Serviços de vigilância	(19.888)	-
Outros serviços (Despesas)	(6.901)	-
	(202.531)	(97.325)
Rateio de despesas		
Outros rateios	(34.903)	-
Impostos e taxas diversas	(5.250)	-
	(40.153)	-
Total das despesas administrativas	(317.916)	(221.946)

15 Resultado financeiro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de títulos e valores mobiliários	207.734	-
	207.734	-
Despesas financeiras		
Juros sobre outras operações	(993)	-

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Despesas bancárias	(8.187)	-
Despesas com IOF	(6.900)	-
Outras despesas financeiras	(387.401)	-
	(403.481)	-
Resultado financeiro	(195.747)	-

16 Imposto de renda e contribuição social

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta de vendas	15.851.442	-
Variação do contas a receber	1.915.944	-
Efeito caixa das operações liquidadas	(2.092.672)	-
	15.674.714	-
Base presumida para o IRPJ (8%)	1.253.977	-
Base presumida para a CSLL (12%)	1.880.966	-
Receita financeira	387.247	-
Outras receitas	200	-
Diferenças temporárias de períodos anteriores - IRPJ	16.311	-
Base de cálculo - IRPJ	1.657.735	-
Base de cálculo - CSLL	2.268.413	-
Total do imposto de renda corrente	390.434	-
Total da contribuição social corrente	204.157	-
Encargo fiscal	594.591	-
Despesa com IR e CS correntes	(535.352)	-
Despesa com IR e CS diferidos	(59.239)	-
	(594.591)	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	3,79%	0,00%
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Imposto por natureza</u>		
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	147.905	-
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	387.247	-
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	200	-
	535.352	-

17 Transações com partes relacionadas**17.1 Contas a pagar****2024****2023**

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



EDF EN do Brasil Participações Ltda.(i)	6.741.670	2.257.063
Parque Eólico Serra do Seridó XI S/A (iii)	8.380.050	-
Serra do Seridó F2 Holding S/A (ii)	628.412	628.412
	15.750.133	2.885.475

- (i) Contrato entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração dos parques eólicos. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto referem-se às despesas de rateio da EDF EN Brasil cuja estimativa de liquidação é após a entrada em operação dos parques eólicos.
- (ii) Nota de débito relacionada a IOF s/ mútuo com operações entre a Holding e Acionista.
- (iii) Nota de débito relacionada aos custos de rateio do Consórcio Serra do Seridó F2, onde a Seridó XI é a líder.

17.2 Empréstimos a pagar

	2024	2023
Serra do Seridó F2 Holding S/A	18.011.964	22.111.964
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	-	662.553
EDF EN Funding	-	77.197.812
	18.011.964	99.972.329

Os montantes captados destinam-se à construção do parque eólico. Os empréstimos com partes relacionadas possuem vencimento em 31/12/2026.

A movimentação dos empréstimos é apresentada abaixo:

Saldo inicial em 01/01/2023	-
(+) Aquisição principal	118.106.162
(+) Juros capitalizados	1.151.261
(-) Amortização principal	(18.500.000)
(-) Amortização juros	(785.094)
Saldo final em 31/12/2023	99.972.329
Saldo inicial em 01/01/2024	99.972.329
(+) Aquisição principal	-
(+) Juros capitalizados	4.693.562
(-) Amortização principal	(81.594.199)
(-) Amortização juros	(5.059.728)
Saldo final em 31/12/2024	18.011.964

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**17.3 Dividendos a pagar**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Serra do Seridó F2 Holding S.A. (i)	1.107.381	-
	<u>1.107.381</u>	<u>-</u>

A movimentação dos dividendos a pagar, bem como a abertura do cálculo de distribuição de dividendos, encontram-se na nota 10.3.

17.4 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2024 e 2023 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora da Companhia, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nestes períodos.

18 Instrumentos financeiros e gestão de riscosValor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	42.167	147
Contas a receber	1.915.944	-
Adiantamentos a fornecedores	302.440	277.706

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)

Valor justo por meio do resultado:

Títulos e valores mobiliários	6.976.944	2.834.607
-------------------------------	-----------	-----------

PassivosMensurados pelo custo amortizado:

Contas a pagar	876.224	239.924
Contas a pagar a partes relacionadas	15.750.133	2.885.475
Empréstimos com partes relacionadas	18.011.964	99.972.329
Dividendos a pagar	1.107.381	-
Passivo para descomissionamento	422.123	

- Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas e dividendos a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos, financiamentos e arrendamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Companhia, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

18.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

AtivosMensurados pelo custo amortizado:

Caixa e equivalentes de caixa	42.167	147
Contas a receber	1.915.944	-
Adiantamentos a fornecedores	302.440	277.706

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Contas a receber de partes relacionadas	-	-
Valor justo por meio do resultado:		
Títulos e valores mobiliários	6.976.944	2.834.607

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) e, com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

18.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

18.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2024		2023	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	876.224	-	239.924	-
Contas a pagar a partes relacionadas	15.750.133	-	2.885.475	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	18.011.964	-	99.972.329
Dividendos a pagar	1.107.381	-	-	-
Passivo para descomissionamento	-	422.123	-	-
	17.733.738	18.434.087	3.125.399	99.972.329

18.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, quando aplicável.

18.5 Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente através de aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**19 Compromissos assumidos****19.1 Compromissos com fornecedores**

A Companhia possui contratos assinados para fornecimento de equipamentos para o ano de 2025, celebrados substancialmente em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

	2025
WTG – Fornecimento de turbinas	1.753.095
Electrical - Serviços de instalação e montagem elétrica	194.471
Civil – Serviços de Construção	882.966
	<u>2.830.531</u>

19.2 Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrados abaixo:

	2025	2026-2037
ACL Volume [MWh]	152.732	1.199.009
Preço [R\$/MWh]	205	182
Subtotal [R\$]	31.351.422	218.064.251
Total [R\$]	<u>31.351.422</u>	<u>218.064.251</u>

20 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a, seguradora definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 3.208.530.354 tendo como vigência o período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. Por oportunidade e necessidade, e com a mesma cobertura e vigência, o seguro foi renovado para o período 31 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2025.

Coberturas**Importância seguradas**

Lucro cessantes e danos materiais

R\$ 3.208.530.354

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$

Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



94.179.245 tendo como vigência o período de 31 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2025.

Coberturas	Importâncias seguradas
Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil Cruzada, poluição súbita e acidental	R\$ 94.179.245

21 Eventos Subsequentes

Em 10/02/2025 a Seridó X realizou o pagamento parcial do mútuo com a Serra do Seridó F2 Holding no montante de R\$1.000.000,00

Certificate Of Completion

Envelope Id: A22A3FA5-FDF7-4605-A8EB-582930CFC689

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: DF's_Serra do Seridó X S.A._Dez_24.docx.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 36

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Felipe Azevedo

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

felipe.azevedo@pwc.com

IP Address: 134.238.159.50

Record Tracking

Status: Original

28 March 2025 | 17:11

Holder: Felipe Azevedo

felipe.azevedo@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

28 March 2025 | 18:12

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Patrício Marques Roche

patricio.roche@pwc.com

Sócio

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SyngularID Multipla

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

Signature

DocuSigned by:

AA780542972D492...

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 134.238.160.200

Timestamp

Sent: 28 March 2025 | 17:15

Viewed: 28 March 2025 | 18:11

Signed: 28 March 2025 | 18:12

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Felipe Azevedo

felipe.azevedo@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

COPIED

Sent: 28 March 2025 | 18:12

Viewed: 28 March 2025 | 18:12

Signed: 28 March 2025 | 18:12

Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events

Signature

Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	28 March 2025 17:15
Certified Delivered	Security Checked	28 March 2025 18:11
Signing Complete	Security Checked	28 March 2025 18:12
Completed	Security Checked	28 March 2025 18:12

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------